



COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Requerimento N.º DE 2018

(Dos Sr. Nilto Tattó)

Requer a realização audiência pública para debater o projeto de transposição do Rio Itapanhaú no Estado de São Paulo.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, em especial do artigo 255 do RICD, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada audiência pública para debater o projeto de transposição do Rio Itapanhaú no Estado de São Paulo. Para tanto convida para participar desta audiência o Sr. Ícaro Camargo, gestor ambiental, Sr. Carlos Eduardo de Castro, historiador e gestor ambiental, a Drª Almachia Zwarg Acerbi, Promotora Pública do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema) de Santos; Representante da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp.

Justificação

O Rio Itapanhaú é um rio do estado de São Paulo. Nasce bem próximo da rodovia SP-92, não asfaltada, que liga Biritiba-Mirim a localidade de Casa Grande, aproximadamente na localização geográfica, latitude 23°36'54" sul e longitude 46°00'32" oeste, segue para sudoeste, 210°, cruzando com a rodovia SP-98 e seguindo paralela a esta até Bertioga onde deságua no Canal da Bertioga. Tem um percurso de aproximadamente 40 quilômetros. É o rio mais extenso do litoral Paulista. Neste contexto, o governo do estado de São Paulo pretende transpor o rio Sertãozinho, afluente do Itapanhaú para o sistema produtor do Alto Tietê, com o objetivo de garantir mais água para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo no período de estiagem. A obra, segundo a Sabesp, vai captar água do Ribeirão Sertãozinho, que forma a Bacia do Rio Itapanhaú, para transferência ao reservatório de Biritiba Mirim, que integra o Sistema Alto Tietê. A vazão média será de 2 metros cúbicos por segundo. Esta obra está estimada em R\$ 160 milhões, mas ainda não teve início, pois uma ação do Grupo de Atuação Especial de Defesa ao Meio Ambiente (GAEMA), do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), pediu a suspensão por liminar que foi revogada. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb, está na iminência de liberar a Licença de Instalação para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, Sabesp, o que permitirá continuar as obras e intervenções, ainda que a ação não tenha sido julgada. No entanto, o projeto enfrenta resistência crescente no município. Em reunião ordinária nessa quinta-feira 25 de março de 2018, o Conselho Comunitário de Defesa do Meio Ambiente (Condema) do município decidiu, por unanimidade, revogar o aval concedido ao projeto, o que pode brecar o processo de licenciamento em andamento na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb. A proposta de revogação partiu do presidente, o secretário municipal de Meio Ambiente, Marco Antonio de Godoi, em razão do descumprimento das condicionantes impostas pela gestão municipal ao empreendimento. A medida visa ampliar o debate e as exigências, conseguir informações detalhadas sobre os riscos de danos ambientais, bem como das medidas mitigadoras. De acordo com ambientalistas e ativistas do Movimento Popular Salve o Rio Itapanhaú, a retirada

de até 216 milhões de litros por dia, que corresponde a 60% da vazão do Ribeirão Sertãozinho, não foi avaliada adequadamente quanto aos seus impactos. Segundo eles, em comunicado oficial, o projeto não tem aval do Instituto Geológico e desconsidera, entre outras coisas, os efeitos das mudanças climáticas na área e alterações do nível do mar, que tende a se elevar a uma taxa de 0,45 mm/ano nas próximas décadas. Sem contar que mudanças na vazão do rio, mesmo que sutis, mas por tempo prolongado, poderão prejudicar os manguezais, a fauna, a flora e a vida na região.

Assim, e devido ao exposto, entendemos que se faz necessário um debate sobre esta transposição que, pelo o que podemos aferir será extremamente danosa ao meio ambiente e, por conseguinte a população residente na região banhada pelo Rio. Assim, conclamo os nobres pares a aprovarem este requerimento de audiência pública.

Sala das Comissões em 04 de abril de 2018.

Nilto Tatto
Deputado Federal PT/SP